



Câmara Municipal de Mossoró

Palácio Rodolfo Fernandes

Rua Idalino de Oliveira, S/N / Centro – CEP: 59600-135 – Mossoró / Rio Grande do Norte

Fone: (84) 3316-2600 / Fax: (84) 3316-4517 – CNPJ: 08.208.597/0001-76

Em nome de Deus e da Lei, foi aberta a 38ª sessão ordinária do 7º período da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Mossoró, em três de julho de 2024. A mesa diretora tinha Lawrence Amorim – presidente; Marckuty da Maisea – 1º secretário; Marleide Cunha – 2ª secretária. Foram lidos texto bíblico e ata da 28ª sessão ordinária, de 29 de maio, bem como pauta: Projeto de Lei Ordinária Substitutivo 03/2021, Projetos de Lei do Legislativo 69 a 72 e 81/2024, Projeto de Lei Ordinária Substitutivo 04/2024, Requerimentos 184 a 186, Indicações 1929 a 1932, 2025, 2026, 2059 a 2063, 2127 a 2129, 2154 a 2157, 2161 a 2166, 2170, 2191 a 2194, 2197 a 2201, 2217 a 2221, 2223 a 2225, 2231 a 2235, 2247 a 2252, 2263, 2273, 2278 a 2282, 2289 a 2299, 2317 a 2323 e 2329 a 2346. No pequeno expediente, a vereadora Marleide Cunha denunciou que a gestão municipal estava negando o recesso do meio do ano aos professores readaptados, o que mostrava ânsia de perseguir em nível inédito. Por outro lado, mencionou recomendação favorável aos professores emitida pelo advogado do Sindicato. O vereador Paulo Igo cobrou da Prefeitura serviços públicos para o conjunto Parque Universitário, que não recebeu obra de UBS, apesar do envio de emenda da senadora Zenaide Maia. Na sequência, afirmou que o senador Rogério Marinho destinou milhões para pavimentação do Parque Universitário e nada foi feito, além do Alto das Brisas estar intransitável. Concluindo, disse que continuaria fiscalizando e cobrando, motivo pelo qual foi convidado a sair da bancada governista. O vereador Lucas das Malhas comemorou avanços da obra da Policlínica, no Alto de São Manoel, que atenderá uma numerosa população com diversas especialidades. Em seguida, agradeceu a reitora da Ufersa, Ludimila Oliveira, por ter firmado acordo para construção dentro do campus da universidade. Por fim, lembrou que a obra é fruto do programa ‘Mossoró Realiza’, cuja contratação de empréstimo foi autorizada na Câmara Municipal. No grande expediente, o vereador Omar Nogueira disse que, além de “travar o estádio Nogueirão”, a Prefeitura revogou a “Lei Armando Duarte”, que permitia captar financiamento para clubes locais a partir da exploração comercial de placas de identificação de ruas. Em seguida, fez um apelo em defesa dos clubes, tendo em vista que o prefeito era “o coveiro do Nogueirão”. Depois, relatou visita ao Conjunto Novo, onde, segundo ele, o calçamento foi iniciado, mas a empresa foi embora há mais de ano, acrescentando que o Conjunto Odete Rosado estava abandonado. Ele também cobrou conclusão do Mercado do Vuco Vuco, acrescentando que a bancada governista não tinha coragem de cobrar transparência e eficiência da gestão municipal. Em aparte, o vereador Isaac da Casca afirmou que o prefeito mostrava intenção de prejudicar os clubes e destruir o futebol da cidade, tendo sucesso até aquele momento. Concluindo, o vereador Omar Nogueira perguntou se eram mentirosas as denúncias sobre atos suspeitos de auxiliares da gestão municipal. Seguindo no grande expediente, o vereador Raério Cabeção negou que as obras do Conjunto Novo estivessem paradas, afirmando que o Corpo de Bombeiros estava certo ao interditar o “Nogueirão” e que em outros tempos a Prefeitura recolhia dinheiro pagamento de empresas para exploração comercial de placas de identificação de ruas sem que os clubes recebessem recursos. Depois, disse que a Prefeitura patrocinou os clubes Potiguar e Baraúnas, citando inaugurações de obras naquela semana, expressando orgulho em apoiar o prefeito desde sua candidatura. Ele também afirmou que os

professores estavam indignados por terem sido assaltados com pagamento de 20 por cento do FGTS ao advogado do Sindicato. Ainda no grande expediente, o vereador Ozaniel Mesquita enalteceu o Mossoró Cidade Junina, agradecendo apoio do Governo do Estado nas áreas de saúde e segurança, bem como à Universidade Federal Rural pelo alojamento fornecido. Na sequência, defendeu a construção do Santuário de Santa Luzia como ferramenta de estímulo ao turismo religioso. Ele também cobrou limpeza de rua no bairro Costa e Silva e agradeceu limpeza da rua Emílio Castelar, no bairro Santo Antônio. Em aparte, o vereador Omar Nogueira disse que a Rua Emílio Castelar carecia de complementação asfáltica, acrescentando que não foi o Corpo de Bombeiros o responsável pela interdição do estádio municipal, mas foi a Justiça em virtude do descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta pela Prefeitura, que também não teria despesa de patrocínio. Por fim, defendeu investigação de suspeita acerca do uso de recursos da exploração comercial de placas de identificação de ruas. O vereador Raério Cabeção afirmou que o Santuário de Santa Luzia era uma bandeira de seu mandato, recordando que projeto de sua autoria estabelecia cobrança de multa na hipótese de descarte irregular do lixo. Ele também disse que não levantou suspeita sobre o “doutor Armando” nem sua associação. Concluindo, o vereador Ozaniel Mesquita destacou a importância do Memorial da Covid-19. Havendo quórum, foi iniciada a ordem do dia. Foi aprovado o Requerimento 190, pela urgência especial dos Projetos de Decreto Legislativo 98, 99 e 102/2024, que, depois de receberem pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Orçamento, Finanças e Contabilidade, foram aprovados à unanimidade. Foi aprovado o Requerimento 191, pela urgência especial dos Projetos de Decreto Legislativo 92, 93 e 94/2024, que, depois de receberem pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Orçamento, Finanças e Contabilidade, foram aprovados à unanimidade. Depois de lidos os pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Orçamento, Finanças e Contabilidade, o Projeto de Lei Ordinária Substitutivo 03/2021 foi colocado em discussão, após a qual foi rejeitado com 13 votos contrários e seis favoráveis, sendo, portanto, devolvido ao Setor das Comissões para anexação ao projeto original, Projeto de Lei Ordinária do Legislativo 87/2021, que seguiria tramitação ordinária. Foram aprovados os Requerimentos 184, 185 e 186. Foram aprovados requerimentos orais solicitando: moção de congratulação ao padre Ivonzeliton Leite Nunes pelos 19 anos de ordenação sacerdotal, da vereadora Carmem Júlia; moção de aplauso a Tomaz Romero pela conquista do torneio infantil de jiu-jítsu de mais alto nível no mundo, do vereador Ozaniel Mesquita; moção de pesar pelo falecimento de Paulo Alves de Oliveira, do vereador Lawrence Amorim; previsão de início do funcionamento do castramóvel, do vereador Pablo Aires. Nada mais havendo, os trabalhos foram encerrados em nome de Deus e da Lei.